

Nesta sexta, assembleia em frente ao TRF-3, 14h, para debater os rumos da luta contra o congelamento

Dilma atropela decisão do STF e exclui PCS do orçamento de 2012. Todos à luta



Dia 24/08 - servidores se mobilizam em frente ao TRF-3 para lutar contra o congelamento salarial e contra a precarização do Plano de Saúde. Numa postura anti-democrática, o presidente do tribunal, Roberto Haddad, ampliou o prazo para sugestões, mas excluiu o Sintrajud e servidores eleitos pela categoria para participar da comissão que debate mudanças no Plano

Por Caê Batista

Nesta sexta, dia 02 de setembro, os trabalhadores do TRF-3 e da Justiça Federal voltam a se mobilizar contra a política de reajuste zero imposto pelo governo Dilma. A assembleia está marcada para 14h, em frente ao TRF-3, na Av. Paulista.

A realização dessa manifestação foi aprovada na quarta, dia 24, como parte de um calendário de mobilização para o mês de setembro. A participação de todos é muito importante, pois serão avaliados os próximos passos da luta pelo PCS, diante do envio da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2012, sem os recursos para o nosso reajuste.

Ontem, a reunião entre a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e o Supremo Tribunal Federal acabou não acontecendo, sendo remarcada para o dia 06 de setembro.

PL 1992/07 é aprovado na Ctasp

A avaliação de diversos dirigentes sindicais do funcionalismo era que o PL 1992/07 seria aprovado na Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara (CTASP). Na sessão do dia 24, mesma data em que se realizou a maior marcha contra as políticas de arrocho e congelamento do governo Dilma, o PL foi aprovado, mas foram apontados 12 destaques, que seriam debatidos na sessão da última quarta.

Seriam... mas não foram. Todos os destaques foram rejeitados e o PL passou na 1ª comissão. O projeto ainda será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, mas tramita em caráter conclusivo, ou seja, não precisa passar pelo plenário.

Caso aprovado, ao se aposentarem, os servidores terão seus benefícios limitados ao teto pago pelo INSS, R\$ 3689,66. Aqueles que quiserem receber além do teto terão que aderir a um plano privado, que seria criado a partir da aprovação da lei.

Embora a notícia da aprovação na Ctasp tenha sido divulgada no site da Agência Câmara na manhã de quarta (30), quando aconteceria a sessão para tratar dos destaques, no jornal a Voz do Brasil, do dia anterior já anunciava a aprovação do projeto. O que leva a crer que o governo tenha atuado muito bem nos bastidores do Congresso.

Dilma exclui PCS do orçamento e atropela decisão do STF

Supremo alertou impossibilidade legal de o governo alterar orçamento do Judiciário; sindicato defende novas mobilizações para impedir congelamento

Por Hécio Duarte Filho

O projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012, entregue nesta quarta-feira (31) pela ministra Miriam Belchior (Planejamento) ao Congresso Nacional, não inclui a previsão de recursos para a revisão do plano de cargos e salários dos servidores do Judiciário Federal. O governo excluiu os valores aprovados pelos tribunais referentes ao PL 6613/2009 e desrespeitou, assim, a Constituição Federal. Na proposta encaminhada pelo Supremo Tribunal Federal, o ministro Cezar Peluso, que preside o órgão, ressalta justamente a impossibilidade constitucional de o Executivo alterar a previsão orçamentária remetida pelo Judiciário ao Ministério do Planejamento para ser levada ao Congresso, desde que esta se enquadre na legislação fiscal em vigor. A LOA de 2012 também não reserva recursos para o PCS do Ministério Público da União.

A exclusão do Judiciário e do Ministério Público reforça a suspeita de que os quatro ministros do governo de Dilma Rousseff que se reuniram com Peluso, na noite de terça-feira (30), foram ao STF para comunicar a decisão do governo de que as deliberações do Poder Judiciário não seriam respeitadas e não para negociar os projetos em pauta. Participaram da reunião os ministros Guido Mantega (Fazenda), Miriam Belchior (Planejamento), Luís Inácio Lucena Adams (Advocacia



Fotos: Samuel Tosta / Bianca Pedrina

Dia 24/08 – mais de 20 mil trabalhadores realizam manifestação em Brasília contra política de reajuste zero de Dilma. Nessa mesma data, Dilma conseguiu aprovar na Ctaspl o PL 1992/07 que privatiza a previdência dos servidores públicos.

Geral da União) e José Eduardo Cardoso (Justiça). Este último teria sido designado pela presidenta Dilma para ser o interlocutor do governo nas negociações com Peluso. O diretor-geral do STF, Alcides Diniz, não teria acompanhado o encontro, transcorrido a portas fechadas.

A federação nacional (Fenajufe) solicitou uma audiência de emergência com o diretor do STF, Alcides Diniz, para buscar informações sobre o encontro entre Peluso e os ministros do

governo. Na avaliação do servidor Antonio Melquides, o Melqui, diretor da federação nacional (Fenajufe) e do Sintrajud, a categoria precisa se manter atenta e preparada para participar de novas mobilizações, que fatalmente serão necessárias para garantir o PCS e evitar que o projeto de congelamento salarial se consolide. Melqui se encontra em Brasília participando de atividades da categoria no Congresso e também busca esclarecimentos urgentes do STF.



Mais um ataque do presidente do TRT-2: creche do Ruy Barbosa cessará atividades em dezembro

“Sintrajud vai organizar a categoria para tentar reverter a decisão”, diz sindicalista

Por Caê Batista

Os servidores do fórum Ruy Barbosa foram surpreendidos com mais uma medida do presidente do TRT-2, desembargador Nelson Nazar. No comunicado nº 06, publicado na terça, dia 30 de agosto, Nazar anunciou que creche Ruth Drummond Costa Ferrari será fechada em 19 de dezembro.

A indignação está sendo grande, e um abaixo assinado começa a circular no fórum. No texto, pede-se a reconsideração “da presente decisão, vez que a creche é um benefício social de excelência neste Tribunal. A re-

percussão positiva na vida das servidoras e seus filhos é ímpar e reflete no trabalho, otimizando a vida da servidora, o que propicia um melhor resultado em seu serviço”.

Além disso, o texto descreve como os servidores receberam a notícia: “É com atônita surpresa que nós, abaixo assinados, recebemos tal notícia, vez que está na contra-mão do que este Tribunal vem pregando com suas palestras de qualidade de vida, qualidade no trabalho e etc, que demonstra a ciência de que certos benefícios refletem no bom andamento profissional de seus magistrados e servidores”. Adiante, se reivindica a reconsideração da decisão, uma vez que o TRT-2 “possui os meios de solução para a questão”.

Nas últimas semanas, essa é, no mínimo, a terceira medida do presidente do TRT-2 que atinge diretamente o dia dos servidores. A primeira foi a determinação da compensação das horas paralisadas durante a última greve até novembro, depois, a não solução das péssimas condições de trabalho na JT de Santos e agora o comunicado de que a creche vai cessar as atividades.

De acordo com Inês Castro, diretora do Sintrajud, o sindicato está entrando em contato com as funcionárias do setor, com as mães que utilizam o serviço da creche para encontrar a melhor forma de organização da categoria para reverter a decisão do desembargador.